

WORKSHOP

“Construindo o Respeito pela Propriedade Intelectual para as instituições responsáveis pela aplicação dos Direitos da Propriedade Intelectual em Cabo Verde”.

 8 e 9 de NOV. de 2022

Visão Geral da Propriedade Intelectual

Hailton Tavares Alfama

Técnico Superior da Direção de Serviço da Propriedade Intelectual

Plano de Apresentação

- 1. Enquadramento**
- 2. Surgimento no Ordenamento Jurídico Cabo-verdiano**
 - a) Quadro Legal Nacional**
 - b) Quadro legal Internacional**
 - c) Quadro legal Regional**
- 3. Quadro Institucional Nacional**
 - a) Administração de Direitos de Propriedade Intelectual - DPI**
 - b) Aplicação/Enforcement dos DPI**
- 4. Carta de Política da Propriedade Intelectual**
 - a) Eixo de aplicação dos direitos da PI**

1. Enquadramento



@O Retorno de [Bucentauro](#) ao Molo no Dia de Ascensão, por [Canaletto](#) (1730)

O conceito de propriedade intelectual surgiu no século XV, na República de Veneza, quando o governo da região criou uma lei para proteger os inventores das artes e das ciências.

1. Enquadramento Cont.

Segundo a definição da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI, 1967):

Propriedade Intelectual é compreendida como “a soma dos direitos, relativos às obras literárias, artísticas e científicas, às interpretações dos artistas, às execuções dos artistas, aos fonogramas e às emissões de radiodifusão, às invenções em todos os domínios da atividade humana, às descobertas científicas, aos desenhos e modelos industriais, às marcas industriais, comerciais e de serviço, bem como às firmas comerciais e denominações comerciais, à proteção contra a concorrência desleal”.

1. Enquadramento Cont.



A propriedade intelectual se traduz como aquela que resulta da criação do "espírito humano". Para tanto, o Direito trata de conferir uma proteção especial à criatividade humana, através dos direitos de propriedade intelectual.

1. Enquadramento Cont.

“Os direitos de propriedade intelectual são instrumentos que permitem uma posição jurídica (titularidade**) e uma posição econômica (**exclusividade**).”**

© Welber Barral e Luiz Otávio Pimentel

Assim, podemos afirmar que a propriedade intelectual tem o escopo cultural de incentivar direta ou indiretamente a criação de novas obras e invenções, bem como promover o avanço e melhoria nos serviços e produtos já existentes.

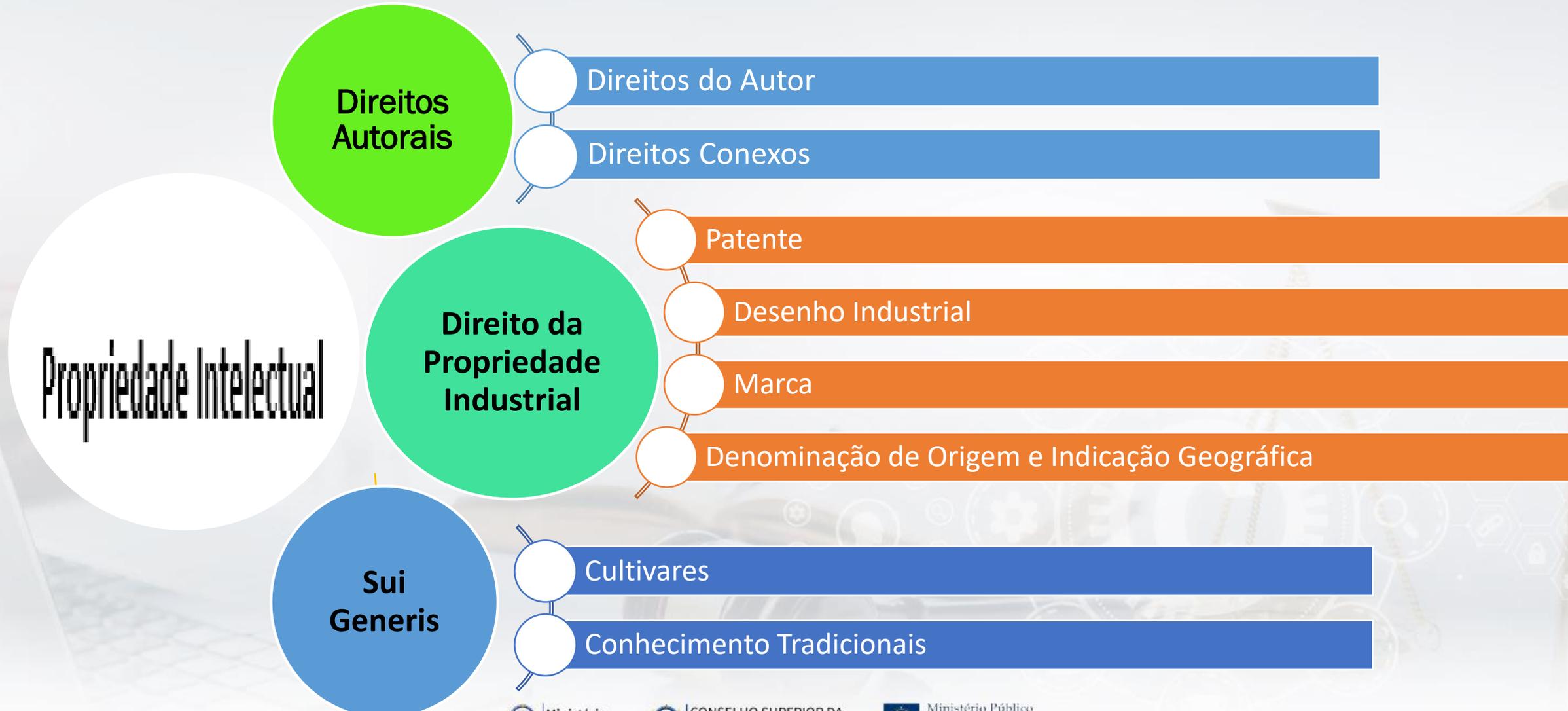
1. Enquadramento Cont.

Concluimos então, que:

Propriedade Intelectual é a área do direito privado que, por meio de leis, garante aos inventores ou responsáveis por qualquer produção do intelecto, seja nos domínios industrial, científico, literário ou artístico, o direito de obter, por um determinado período de tempo a recompensa pela própria criação.

E quais são os direitos relativos à propriedade intelectual?

1. Enquadramento Cont.



1. Enquadramento Cont.

Direitos autorais

Direitos de Autor

- Literárias, Artísticas e Científicas

Direitos Conexos

- Interpretações artísticas e execuções, fonogramas e transmissões por radiodifusão

1. Enquadramento Cont.

Direito da Propriedade Industrial

Direitos de Incidência Tecnológica

- Certificados complementares de Proteção
- Patentes
- Modelos de Utilidade

Protege as criações de carácter técnico – Invenções

Direitos de Incidência Comercial

- Marcas
- Logótipos
- Desenhos ou Modelos
- Denominações de Origem
- Indicação Geográfica

Protege as criações de carácter estético e os sinais distintivos de comércio

1. Enquadramento Cont.

Proteção Sui Generis

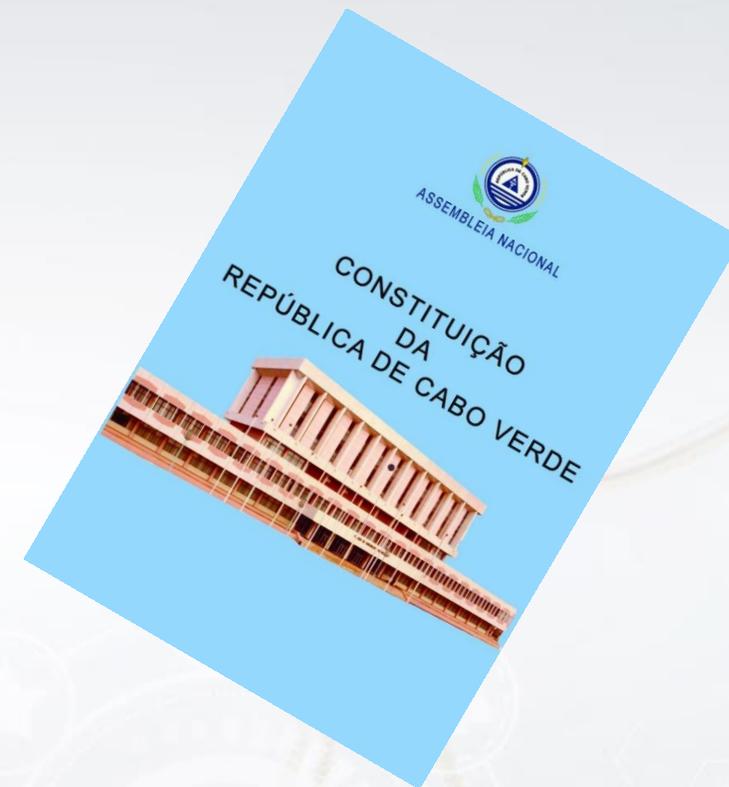
- **Proteção de Novas Variedades de Plantas**
- **Conhecimentos Tradicionais e expressões Folclóricas**
- **Topografia de Circuito Integrado**

2. Surgimento no Ordenamento Jurídico Cabo-verdiano

Constituição da República

É livre a criação intelectual, cultural e científica, bem como a divulgação de obras literárias, artísticas e científicas. Art.º 54º da CRCV

É garantido a todos o direito à propriedade privada e à sua transmissão em vida ou por morte, nos termos da constituição e da lei. Art.º 69 da CRCV



2. Surgimento no Ordenamento Jurídico Cabo-verdiano Cont.

a) Quadro Legal Nacional

► Direitos de Autor e Direitos Conexos

ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO

DL nº 46980
de 27 de abril
de 1966
estendido à CV
em 1972

Lei nº 101/III/90,
de 29 de
dezembro

DL nº1/2009, de
27 de abril

Alterado pelo DL
nº 2/2017, de
16 de novembro

2. Surgimento no Ordenamento Jurídico Cabo-verdiano Cont.

a) Quadro Legal Nacional

► Direitos de Autor e Direitos Conexos

Lei n.º 118/VIII/2016 -
Cria a Taxa de
compensação Equitativa
pela Cópia Privada

RROLAC, Portaria n.º
9/2018 de 19 de
março do Ministério
da Cultura e das
Indústrias Criativas.

Lei n.º 45/IX/2019 Regula a
Constituição, Organização,
Funcionamento, Organização,
Atribuições das EGC e
Direito de Autor e dos
Direitos Conexos

2. Surgimento no Ordenamento Jurídico Cabo-verdiano Cont.

a) Quadro Legal Nacional

► Propriedade Industrial

ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO

1940

Código PI-PT

1959

**Código PI-PT
Extensivo a CV Fev.
1959**

2007

Revogado em 20/08/07

Aprovação CPI-CV

2. Surgimento no Ordenamento Jurídico Cabo-verdiano Cont.

b) Quadro legal Internacional

Organização Mundial da Propriedade Intelectual

**Convenção que Estabelece a Organização Mundial da Propriedade Intelectual -
Adesão: 7 de abril de 1997**

Direitos de Autor e Direitos Conexos

**Convenção de Roma para a Proteção de Artistas, Produtores de Fonogramas e
Organizações de Radiodifusão - 3 de abril de 1997**

**Convenção de Berna para a Proteção das Obras Literárias e Artísticas - 7 de abril de
1997**

2. Surgimento no Ordenamento Jurídico Cabo-verdiano Cont.

b) Quadro legal Internacional

Direitos de Autor e Direitos Conexos

WIPO Tratado de Performances e Fonogramas - 22 de fevereiro de 2019

Tratado de Direitos Autorais da OMPI - 22 de fevereiro de 2019

Tratado de Marrakesh para facilitar o acesso a obras publicadas para pessoas cegas, deficientes visuais ou com deficiência de impressão - 22 de fevereiro de 2019

2. Surgimento no Ordenamento Jurídico Cabo-verdiano Cont.

b) Quadro legal Internacional

Propriedade Industrial

Convenção de Paris para a Proteção da Propriedade Industrial - 6 de abril de 2022

Tratado de Cooperação de Patentes – 6 de abril de 2022

Ato de Genebra Relativo ao Acordo de Lisboa para a Proteção das Denominações de Origem e seu Registro Internacional – 6 de abril de 2022

Protocolo relativo ao Acordo de Madrid sobre o Registro Internacional de Marcas – 6 de abril de 2022

2. Surgimento no Ordenamento Jurídico Cabo-verdiano Cont.

c) Quadro legal Regional

Organização Regional Africana da Propriedade Intelectual (ARIPO)

Acordo de Lusaka – 14 de julho de 2022

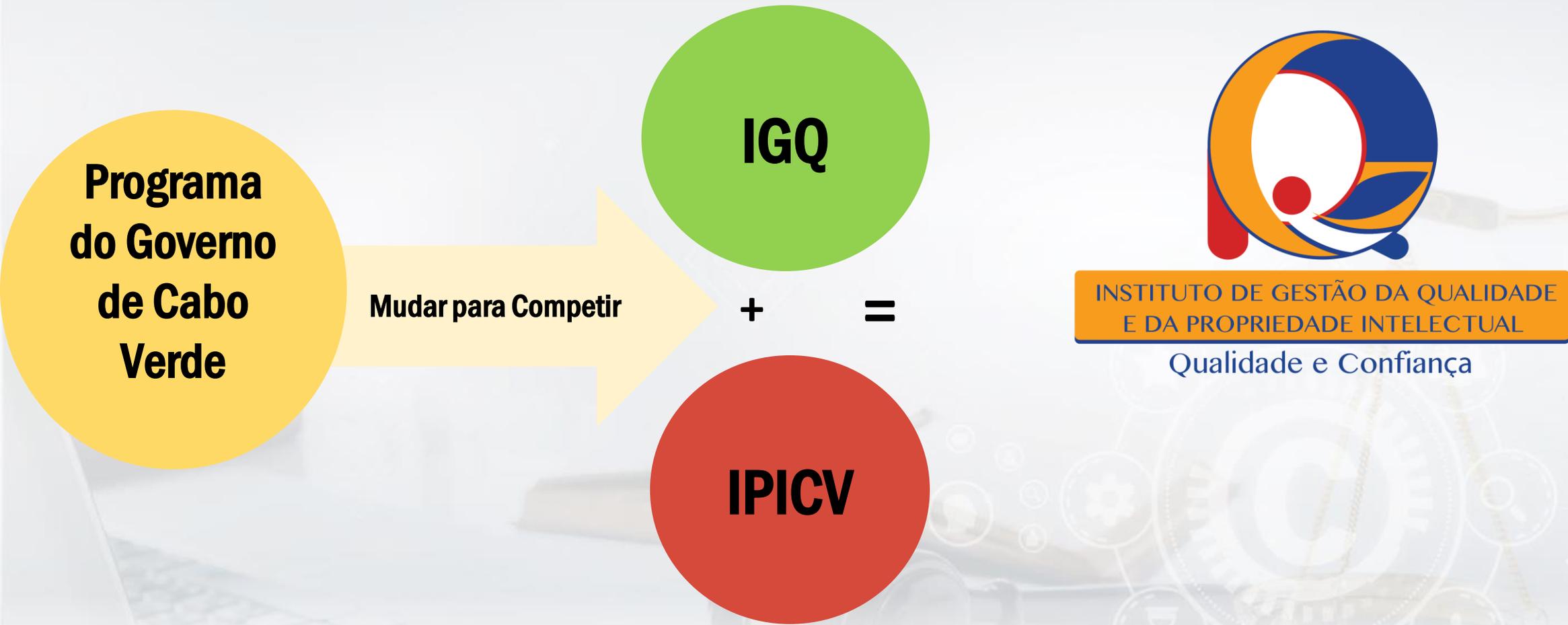
Protocolo Arusha para Proteção de Novas Variedades de Plantas – 14 de julho de 2022

Protocolo de Banjul para registo de Marca – 14 de julho de 2022

Protocolo de Harare sobre Patentes e Desenhos Industriais – 14 de julho de 2022

Protocolo Swakopmund sobre Proteção de Conhecimentos Tradicionais e Expressões Folclores – 14 de julho de 2022

3. Quadro Institucional Nacional



3. Quadro Institucional Nacional Cont.

a) Administração de Direitos de Propriedade Intelectual - DPI



3. Quadro Institucional Nacional Cont.

b) Aplicação de Direitos de Propriedade Intelectual - DPI



4. Carta de Política da Propriedade Intelectual

Aprovada pela Resolução nº 17/2022, de 17 de fevereiro

A Carta de Política de Propriedade Intelectual tem como objetivo promover o conhecimento e o uso estratégico da Propriedade Intelectual (PI) para preservar as potencialidades nacionais e alavancar o desenvolvimento cultural, social, tecnológico e económico do país

4. Carta de Política da Propriedade Intelectual

EIXO ESTRATÉGICO 1

- Quadro legal

EIXO ESTRATÉGICO 2

- Quadro institucional e melhoria do sistema de administração dos direitos de PI

EIXO ESTRATÉGICO 3

- Aplicação dos direitos da PI

EIXO ESTRATÉGICO 4

- Formação em PI

EIXO ESTRATÉGICO 5

- Sensibilização em PI

EIXO ESTRATÉGICO 6

- Inserção de Cabo Verde no circuito internacional de PI

EIXO ESTRATÉGICO 7

- Inserção da PI nas políticas e programas de desenvolvimento

4. Carta de Política da Propriedade Intelectual

EIXO ESTRATÉGICO 3

Aplicação dos direitos da PI

1º Objetivo: Reforçar os mecanismos de aplicação dos direitos de PI.

2º Objetivo: Intensificar a luta contra a contrafação e a pirataria.

OBRIGADO



IGQPI - Instituto de Gestão da Qualidade
e da Propriedade Intelectual



www.igqpi.cv / ✉ dspi@igqpi.gov.cv



/igqpi



/igqpi